

**Edifícios de apartamentos e o “problema da criadagem”:
estudo dos espaços de serviços nos projetos da habitação
verticalizada da cidade de São Paulo (1940-1960)**

*Edificios de apartamentos y el “problema del servicio doméstico”:
los espacios de servicio en los proyectos de vivienda verticalizada
de São Paulo (1940–1960)*

**E5_06: As escalas e os mecanismos de segregação e resistência na ibero-
américa: habitação e cidade.** Marcadores sociais e interseção na ordenação das
cidades na ibero-américa

Clarissa Paulillo
FAUUSP/ UNIP, Brasil
clapaulillo@gmail.com

Resumo:

O presente artigo investiga como o trabalho doméstico foi pensado na produção privada da habitação verticalizada na cidade de São Paulo, entre os anos 1940 e 1960, tendo como base os anúncios imobiliários do jornal O Estado de S. Paulo e os projetos de produção privada publicados na revista Acrópole (1938-1971). Entende-se que boa parte desses projetos segue os preceitos modernos dos debates arquitetônicos do período, ao mesmo tempo que se alinha aos interesses dos investidores imobiliários e revela formatos idealizados de morar — sobretudo aqueles ligados aos segmentos médios urbanos, grande público potencial dos edifícios verticalizados. Em vista disso, a pesquisa analisa como o programa e a organização espacial e funcional do projeto se articulam ao contexto de novas relações de trabalho doméstico (e a chamada “crise dos criados”), às mudanças operadas no mercado imobiliário e a aproximação à vertente modernista da arquitetura durante esse período. Nota-se nesse processo de expansão da verticalização na cidade como o projeto do edifício de apartamentos buscava se alinhar às discussões de racionalização do trabalho doméstico, ao mesmo tempo que estava comprometido com um modelo doméstico que rejeitava e invisibilizava as “inconveniências” desse mesmo trabalho. A investigação segue as abordagens dos estudos de gênero, domesticidade e cultura material a partir de pesquisas transdisciplinares sobre a casa provenientes da

história social e cultural, sociologia, antropologia, design e história da arquitetura e da cidade.

Palavras-chave: trabalho doméstico; habitação verticalizada; edifícios de apartamentos; espaços de serviços; São Paulo (1940–1960).

Resumen:

El presente artículo investiga cómo fue pensado el trabajo doméstico en la producción privada de la vivienda verticalizada en la ciudad de São Paulo entre las décadas de 1940 y 1960, a partir del análisis de anuncios inmobiliarios publicados en el periódico O Estado de S. Paulo y de proyectos de producción privada difundidos en la revista Acrópole (1938–1971). Se entiende que una parte significativa de estos proyectos adopta los preceptos modernos de los debates arquitectónicos del período, al mismo tiempo que se alinea con los intereses de los inversionistas inmobiliarios y revela modelos idealizados de habitar, especialmente aquellos vinculados a los sectores medios urbanos, principal público destinatario de los edificios verticalizados. En este marco, la investigación analiza cómo el programa y la organización espacial y funcional de los proyectos se articulan con el contexto de nuevas relaciones de trabajo doméstico —y la llamada “crisis de los criados”—, con las transformaciones del mercado inmobiliario y con la aproximación a la vertiente modernista de la arquitectura durante ese período. Se observa que, en el proceso de expansión de la verticalización urbana, el proyecto del edificio de apartamentos buscó alinearse con los debates sobre la racionalización del trabajo doméstico, al mismo tiempo que se comprometía con un modelo doméstico que rechazaba e invisibilizaba las “inconveniencias” asociadas a dicho trabajo. La investigación se inscribe en los enfoques de los estudios de género, la domesticidad y la cultura material, a partir de investigaciones transdisciplinarias sobre la casa provenientes de la historia social y cultural, la sociología, la antropología, el diseño y la historia de la arquitectura y de la ciudad.

Palabras-clave: trabajo doméstico; vivienda verticalizada; edificios de apartamentos; espacios de servicio; São Paulo (1940–1960).

Introdução

Em um anúncio publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, em abril de 1945, uma imobiliária oferecia apartamentos para venda sob alegação de que esse tipo de moradia resolveria dois problemas: o da habitação e o da “criadagem” (*O Estado de S. Paulo*, 1945). O primeiro problema concerne a mudanças operadas no mercado imobiliário dos anos 1940, com as sucessivas Leis do Inquilinato e o declínio do formato rentista de produção habitacional. Nos dizeres da época, instaurava-se uma verdadeira “crise habitacional” na cidade de São Paulo. A compra de um apartamento bem localizado, com sistema de financiamento a prazo, aparecia como uma possível solução da crise para as classes médias (Rossetto, 2002; Silva, 2013). Já o segundo problema, relativo à “criadagem”, referia-se a uma queixa antiga sobre a suposta falta de mão-de-obra para o emprego doméstico¹. O edifício de apartamentos, celebrado como um formato de moradia eficiente, poderia ser uma saída para a questão, visto que seu espaço não demandava tantos cuidados de organização e manutenção em relação à moradia unifamiliar isolada no lote, comportando um modelo de vida menos dependente do serviço doméstico.

Com base nessa compreensão, o artigo discute como o trabalho doméstico foi pensado na produção privada da habitação verticalizada na cidade de São Paulo, entre os anos 1940 e 1960. Para tanto, a análise recai sobre o programa e a organização espacial dos diferentes tipos de apartamentos propostos para as classes médias, com enfoque na constituição de seus espaços de serviços. Na análise, considera-se como o edifício de apartamentos foi pensado, desde suas origens no século XIX, como um artefato propício à racionalização e supressão do trabalho doméstico. Verifica-se como essa ideia apareceu na produção dos edifícios de apartamentos paulistanos, entre os anos 1940 e 1960, e como se articulou aos diferentes modelos domésticos e familiares, ao contexto de novas relações de trabalho doméstico, às mudanças operadas no mercado imobiliário e a aproximação à vertente modernista da arquitetura durante esse período. Nota-se que nesse processo, muito mais que racionalizar ou suprimir o trabalho doméstico, a solução mais usual nos apartamentos foi invisibilizar e apartar as “inconveniências” que remetessem ao serviço doméstico.

A investigação faz parte da pesquisa de doutorado recém finalizada² e tem como base o levantamento dos projetos da produção privada de habitação verticalizada publicados na revista *Acrópole* (1938-1971) e de anúncios imobiliários de edifícios de apartamentos do jornal *O Estado de S. Paulo*, entre os anos 1940-1960 na cidade de São Paulo. O estudo focaliza os compartimentos que estruturam o “setor de serviços” dos apartamentos (cozinha, lavanderia/ área de serviço, dependência para empregadas etc.), considerando os acessos e circulações dos espaços, os dimensionamentos, as superfícies de acabamento, os equipamentos, entre outros

¹ Ao longo da primeira metade do século XX, verifica-se a diversificação do mercado de trabalho, abrindo outras possibilidades de emprego para mulheres pobres, como o trabalho regulamentado na indústria e no comércio. Muitas dessas mulheres preferiam esse tipo de emprego ao tradicional serviço doméstico, marcado pelo alto nível de informalidade e baixos salários (Matos, 2002). Se por um lado a diversificação do mercado de trabalho não chegou a minar o emprego doméstico, por outro foi capaz de lançar novas bases para as relações trabalhistas, quanto a horas trabalhadas, remuneração, e a opção de se dormir ou não na casa dos patrões. As novas exigências por parte das trabalhadoras dificultavam a contratação no ponto de vista patronal — gerando a chamada “crise”, que também dizia respeito ao embate das expectativas sobre o trabalho doméstico, não raro ainda visto arraigado às relações paternalistas e servis do passado escravista recente (Souza, 2017).

² A tese intitulada “Cuidar, apartar e lavar: O trabalho doméstico e os espaços de serviços nos projetos dos edifícios de apartamentos paulistanos (1940-1960)” foi desenvolvida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, sob orientação da Profa. Dra. Joana Mello de Carvalho e Silva.

aspectos que conformam a materialidade e espacialidade dos ambientes. Entende-se que boa parte desses projetos segue os preceitos modernos dos debates arquitetônicos do período, ao mesmo tempo que se alinha aos interesses dos investidores imobiliários e revela formatos idealizados de morar — sobretudo aqueles ligados aos segmentos médios urbanos, grande público potencial dos edifícios verticalizados.

A abordagem e o desenvolvimento da pesquisa seguem o enfoque dos estudos de cultura material defendido por Ulpiano Bezerra de Meneses, pelo qual a casa e seus espaços não se constituem apenas como objetos de análise de si mesmos, mas “vetores para a investigação de aspectos relevantes na organização, funcionamento e transformação de uma sociedade” (Meneses, 2003). Nesse viés, destacam-se estudos transdisciplinares sobre a casa provenientes da história social e cultural, sociologia, antropologia, design e história da arquitetura e da cidade (Carvalho, 2008; Cowan, 1989; Forty, 2007; Heynen, 2005; Hollows, 2008; Pérez, 2021; Silva, 2023). Trata-se de trabalhos que investigaram os aspectos materiais e simbólicos da casa, a conexão entre as estruturas sociais e espaciais, a regulação dos corpos, a formação de identidades e, não menos, importante, o trabalho doméstico. Não por acaso, a maioria deles também aborda a questão de gênero e a casa como um lugar a priori feminino.

Edifício de apartamentos e o trabalho doméstico

Desde sua origem nas Américas, em especial nos grandes centros urbanos norte-americanos durante a segunda metade do século XIX, o edifício de apartamentos teve como atratividade, para além do investimento econômico e solução para demanda habitacional, os avanços tecnológicos até então inéditos (Rybczynski, 2002, p. 225) e a possibilidade de novos formatos de arranjos das “tarefas domésticas” (Wright, 1981, p. 153).

Destinados às classes médias e altas, os edifícios de apartamentos, quando comparados a uma casa, eram mais econômicos e eficientes no provimento de aquecimento, água corrente, encanamento interno e, mais tarde, eletricidade. Com a oferta dessas tecnologias, atenuava-se o encargo das rotinas domésticas, facilitadas ainda pela compactação dos espaços nos apartamentos, a disposição dos cômodos em um único andar e a ausência de quintais e jardins. Havia ainda a vantagem do suporte do meio urbano: as grandes cidades norte-americanas passavam a contar, cada vez mais, com lavanderias comerciais, estabelecimentos de alimentação, padarias, cafés e restaurantes. Eram serviços que substituíam algumas tarefas do trabalho doméstico, tornando dispensáveis grandes áreas para armazenamento e preparação de comida, ou espaços para lavar e secar roupas no interior dos apartamentos (Cromley, 1999).

Todas essas facilidades, sem dúvida, reduziam a necessidade de se contratar empregados domésticos, um problema que, no final do século XIX nos Estados Unidos, já era difícil de resolver. Se o edifício de apartamentos na cidade, por si só, já ajudava a amenizar a questão da falta de mão de obra para o serviço doméstico, alguns modelos de edifícios iam além, oferecendo serviços de limpeza, lavanderia, compras e até preparo de refeições. Inspirados no sistema de hotéis, chegavam a possuir instalações comunitárias como restaurantes e áreas de lazer, e seus apartamentos privativos eram totalmente desprovidos de cozinha ou espaços para serviços.

Gwendolyn Wright (1981, p. 153) explica que esse formato de moradia já era usual entre os hotéis de residência e clubes para o público masculino. Neles, a ausência de cozinha e áreas para serviços nos apartamentos privativos evidenciava uma vida doméstica (masculina) dedicada apenas aos

“prazeres tranquilos do entretenimento e da privacidade”. O modelo do apartamento-hotel propunha, portanto, uma experiência de domesticidade diferente da normativa que poderia implicar em outros arranjos das funções e das relações familiares. E que estaria disponível então para as famílias das classes médias e altas, possibilitando-as de viver nos centros urbanos e desfrutar de uma vida doméstica centrada apenas em seus aspectos sociais e familiares — aquilo que para elas “realmente importava”. Sem preocupações “pequenas” com empregados ou com trabalho doméstico.

Fosse o modelo do apartamento-hotel ou do apartamento convencional, a ideia era que ambos constituíssem um formato de moradia que comportasse um estilo de vida menos dependente do serviço doméstico. Essa compreensão vigorou no século seguinte e atravessou também os discursos dos agentes da produção privada habitacional brasileira, ainda que de maneira mais genérica e menos enfática que nos contextos estrangeiros. A fase de expansão da verticalização residencial na cidade de São Paulo, entre os anos 1930 e 1940, caracterizada pelas experimentações do mercado rentista, propiciou o aparecimento de variadas combinações de programa e organização espacial, na tentativa de atender às expectativas ainda indefinidas de um novo mercado (Pinheiro, 2008, p. 121).

Nessa fase de experimentações, observam-se proposições que, embora tenham tido pouco prosseguimento posterior, ensejavam novos modelos de domesticidade e de arranjo do trabalho doméstico. Eram tipologias sem cozinha, ou com cozinha e sem outros espaços de serviços; eram edifícios com dependências para empregadas e lavanderias em formatos coletivos; e até empreendimentos com oferta de serviços centralizados. Estes últimos derivavam de um modo de moradia pouco estudado pela historiografia — a casa de pensão. Ao discutir a origem dos edifícios de apartamentos na cidade do Rio de Janeiro, Lilian Fessler Vaz (2002) apresenta uma série de anúncios imobiliários que mostram o uso difundido de serviços centralizados em habitações verticalizadas cariocas durante as décadas de 1920 e 1930. Segundo a autora, esses edifícios possuíam o mesmo esquema de funcionamento das casas de pensão, com a diferença de serem uma nova tipologia arquitetônica (Vaz, 2002, p. 88). Ainda que em número reduzido em relação à antiga capital federal, é possível encontrar divulgações semelhantes na cidade de São Paulo entre os anos 1930 e 1940. Em ambas as localidades, são anunciadas possibilidades de se alugar um apartamento mobiliado, com ou sem cozinha, com a oferta (muitas vezes facultativa) de refeições e serviços de limpeza, arrumação de quartos, envio de recados etc.

Embora possa ter sido mais usual do que se imagina, o modelo de apartamento-hotel não foi preponderante no mercado brasileiro. A referência do hotel foi mais utilizada na concepção de edifícios de apartamentos sem cozinha (mas sem oferta de serviços centralizados), tornando-se uma modalidade recorrente na cidade de São Paulo no período de estudo. Tratava-se de um arranjo para apartamentos pequenos, ditos mínimos, com dois cômodos ou um único ambiente integrado, além do banheiro. Eram destinados a solteiros e casais sem filhos, embora muitas famílias tenham habitado também esse tipo de moradia. Nos anos 1940 passaram a receber a instalação dos equipamentos de kitchenette³, consolidando-se no mercado como uma tipologia mínima de moradia com uma versão reduzida de cozinha.

³ A partir dos anos 1950, é possível encontrar anúncios nos jornais de equipamentos “três em um” denominados kitchenettes. Eram compostos por uma pequena pia, um “fogão elétrico de 2 bocas” e “refrigerador de 4 pés” (Diário da Noite, 1955).

Já nos apartamentos maiores, destinados às famílias, o compartimento da cozinha sempre esteve presente. O que variavam nessa fase de experimentação eram os demais espaços de serviços, como lavanderia ou dependências para empregadas. Ora esses ambientes estavam ausentes nos apartamentos, ora situavam-se nas áreas comuns do edifício e em formatos coletivos, ora estavam completamente interiorizados nas unidades privativas (Pinheiro, 2008, pp. 121-122). Entre as soluções dos espaços compartilhados, observa-se a instalação de lavanderias coletivas no térreo para uso de todos os moradores ou nos pavimentos, para cada grupo de apartamentos. Ou ainda, as instalações sanitárias e vestiários para empregadas nas áreas comuns do prédio ou dependências completas (incluindo dormitório) no ático ou na edícula do edifício.

Tal variedade de arranjos reflete e conforma os diferentes formatos de operação e de relação de trabalho doméstico do período em questão. No caso das lavanderias, por exemplo, sua indefinição no programa se explica, em parte, pela tradicional prática da lavagem de roupa fora de casa, a cargo de mulheres que trabalhavam como lavadeiras. Já as acomodações para empregada correspondiam aos diferentes contratos e a natureza da prestação dos serviços, ainda marcados por uma certa especialização da função (cozinheira, arrumadeira, babás etc.) mesmo entre as casas das classes médias. Vestiários e instalações sanitárias para empregadas nas áreas comuns do prédio, quartos e banheiros no ático, apenas “w.c.”, ou dependências completas no interior do apartamento, estariam em conformidade com as variadas formas de contrato de trabalho, desde o mensal que exigia a trabalhadora dormir na casa dos patrões, desempenhando todas as funções, até o diário ou por hora, com o serviço contratado eventualmente e apenas sob demanda específica. É possível pensar ainda que a existência e o posicionamento dos cômodos para empregada se articulavam não apenas às formas de contratação estabelecidas, como também aos modos de interação entre patrões e empregados que poderiam ser marcados pela maior proximidade e “familiaridade” (preferindo-se acomodações privativas dentro do apartamento) ou por uma relação mais profissional e impessoal, requerendo maior distanciamento (como quarto e banheiro na área comum do edifício). Nesse ponto, vale mencionar a reprodução de certos costumes estrangeiros (que marcam essa maior impessoalidade) em localizar, por exemplo, as acomodações para empregadas no ático, inspirados provavelmente nos *chambres-de-bonne* parisienses, a mansarda no último andar (Pinheiro, 2018, p. 124).

Se de um lado o mercado da habitação verticalizada se valia de experimentações buscando entender as novas formas de organização do trabalho doméstico, por outro, adotava uma postura mais conservadora, no sentido de reproduzir certas tradições do morar que já estavam consolidadas entre a população. Dessa maneira, o programa e a configuração espacial da moradia unifamiliar isolada no lote se tornavam também referências importantes para a constituição do edifício de apartamentos, principalmente para captar a grande parcela do público morador formada pelas famílias. Isso significava a necessidade de engendrar na habitação verticalizada espaços similares aos que existiam na casa unifamiliar, tais como o quintal e a edícula (que continha lavanderia e dependências para empregadas).

As proposições de apartamentos que suprimiam espaços destinados a tarefas importantes do trabalho doméstico — preparo das refeições, cuidado com a roupa, armazenamento — não atendiam as necessidades desses grupos domésticos maiores. Além disso, mesmo entre moradores solteiros, casais sem filhos, pequenas famílias, a ausência de ambientes como cozinha, lavanderia, dependência para empregada não significava necessariamente redução ou racionalização do trabalho doméstico, ou que a demanda de certas tarefas deixasse de existir. A própria instalação das kitchenettes nos apartamentos mínimos sem cozinha mostra que nem sempre o espaço fora,

na cidade, supriria todas as necessidades da vida cotidiana, optando-se pela possibilidade de realizar pequenas refeições em casa. O mesmo procede para área de serviço — ainda que boa parte da lavagem fosse a cargo das lavadeiras, era necessária uma área para o tanque e para secagem da roupa que não era mandada para fora. Era ainda o espaço que fazia ligação com as dependências para empregada, cuja adesão maior foi por sua internalização no apartamento. O que revela que, mesmo com diversificação dos tipos de contratos de trabalho (e a aparente crise e escassez da mão de obra), ainda prevalecia a preferência (e a dependência) pelo formato de serviço fixo em que a empregada dormia na casa, submetendo-se inteiramente ao domínio privado da família.

Vale notar, entretanto, que a reprodução do programa e dos padrões de organização espacial da casa isolada, com a introdução e adequação de seus espaços de serviços, não significou que o modelo doméstico esteve isento de conflitos. Se a compactação do espaço era tida como uma das maiores aliadas à racionalização do trabalho doméstico, era também um dos principais motivos de queixas sobre os apartamentos. A redução dos ambientes implicava na aproximação dos ambientes, como por exemplo a proximidade da sala ou dos dormitórios à cozinha, gerando não apenas a inconveniência dos odores e ruídos do preparo dos alimentos, como também da presença das empregadas, quando estas não “zelavam por muita discrição”. Fosse pelas cantorias, pelas conversas umas com as outras, ou pelo contato constante e inevitável com os moradores que o espaço reduzido e desprovido de circulações diferenciadas impunha. A restrição de espaço que obrigava a função constante de vigilância da dona de casa, gerando mais tensão em uma relação que já era marcada por um grau de conflito (Silva, 2023). É incômoda ainda a presença constante da empregada por representar uma figura estranha ao núcleo familiar e um entrave à privacidade da casa.

A compactação dos espaços no apartamento obrigava não apenas a redução dos ambientes como a supressão de lugares, quando comparado às casas isoladas. O quintal, ou o espaço para secagem de roupa, não encontrou um substituto à altura de sua função no apartamento. Quando não eram lavados fora, era comum que roupas e lençóis fossem estendidos nos terraços dos apartamentos ou nas “reduzidíssimas áreas”. Intervinha-se nas fachadas dos edifícios, conformando na visão de seus críticos, um “quadro triste, mas ridículo, em uma cidade civilizada: cuecas, combinações etc. balançando ao vento para espanto e admiração dos transeuntes” (Contador, 1957).

Setorização funcional e os projetos

Tendo em vista essa constituição do espaço do apartamento, os projetos arquitetônicos passavam a visar a invisibilização das inconveniências que o trabalho doméstico gerava na vida doméstica dos moradores. A preferência pela internalização dos espaços de serviços nos apartamentos, em geral de forma reduzida e próximos aos demais ambientes da casa, propiciou a escolha de esquemas de organização que setorizassem os espaços de serviços, como já ocorria nas moradias isoladas.

A setorização dos ambientes segundo suas funções sociais, íntimas e de serviços tornava-se um dos expedientes centrais na organização espacial dos apartamentos. A chamada “repartição tripartite” tem origem francesa e foi muito aplicada nos apartamentos da burguesia parisiense entre o final do século XIX e início do XX (Eleb, 1995). De acordo com Roger-Henri Guerrand,

O interior de cada apartamento oferece uma racionalidade que por muito tempo não será igualada. Compreende obrigatoriamente um espaço público de representação, um espaço privado para intimidade familiar e espaços de rejeição (Guerrand, 2009, p. 332).

No que concerne ao trabalho doméstico, essa organização espacial, ao atribuir o rótulo “de rejeição” aos espaços de serviços, ratifica o status de inconveniência e a posição de inferioridade que serviço doméstico e criadagem ocupam socialmente. Além disso, evidencia a intolerância da burguesia à justaposição espacial das desigualdades sociais (Ariés, 1981, p. 279), em um sentimento de repugnância acentuado pelo modelo doméstico em que noções de intimidade e conforto estão intrinsecamente associadas. Isso significa que, em termos de organização espacial, a casa da burguesia francesa vai se constituir a partir de “soluções arquitetônicas que garantissem o menor número possível de contatos com os criados e com as classes menos abastadas” (Homem, 1996, p. 25).

Na cidade de São Paulo, tal concepção do espaço vai servir de referência inicialmente nos palacetes das elites construídos a partir do final do século XIX, logo reproduzindo-se também nas moradias das classes médias e, posteriormente, nos edifícios de apartamentos para todos os grupos sociais. Importante salientar que a intolerância à proximidade de classes sociais diversas é ainda reforçada, no contexto brasileiro, pela marca racial.

Nessa divisão funcional dos apartamentos, os compartimentos do setor de serviços eram colocados de forma segregada, ocupando os espaços menos privilegiados da planta, com acessos e circulações independentes. Tais recursos apareciam como sinônimo de conforto e comodidade em diversos projetos de edifício de apartamentos publicados na revista Acrópole. Foi um aspecto fundamental na transição do mercado de imóveis que, a partir do final dos anos 1940, passava para as mãos da incorporação imobiliária, cuja finalidade das construções era a venda das unidades e não mais o aluguel para a renda. O público-alvo principal dos apartamentos eram as famílias classes médias, justamente um grupo que prezava pela setorização funcional do espaço doméstico.

Para além do compromisso com a venda e o aceite do produto pelo mercado, a divisão e segregação dos espaços de serviços mostravam ser expedientes comuns da prática projetual adepta do funcionalismo, tornando-se sinônimo de uma boa resolução racional e eficiente da planta. Se por um lado a concentração de áreas molhadas (cozinha, área de serviço) se mostrava conveniente em termos de economia e eficiência da construção, por outro liberava os demais ambientes para que fossem projetados priorizando-se a fluidez e integração entre os espaços, com posições na planta e aberturas nas fachadas que proporcionassem as melhores insolações e ventilação, visuais e continuidade com paisagem externa ³/₄ aspectos valorados da arquitetura moderna que dificilmente eram aplicados aos ambientes de serviços.

O compromisso com a setorização tripartite é um aspecto bastante enfatizado nas publicações, sobretudo dos projetos dos anos 1950 e 1960. Vale lembrar que a Acrópole é uma revista especializada em arquitetura, ainda que com viés comercial, mas com matérias escritas e editadas por profissionais da área. De modo que a ênfase nesse tipo de organização espacial pressupõe que a setorização tenha se tornado um atributo fundamental do planejamento do espaço. Os exemplos de projetos inseridos no circuito moderno continuam reproduzindo essa característica dos

apartamentos, de modo que a setorização funcional, mais do que uma “boa prática” projetual, constituía-se como o próprio partido (de concepção) do projeto⁴.

A separação funcional como prática de projeto atende a uma ideia de conveniência em voga, compartilhada entre público morador e agentes de produção da moradia, incluindo-se os arquitetos. Trata-se de um tipo de arranjo espacial coerente aos sistemas domésticos que prezam pelo resguardo do conforto do núcleo familiar. A noção de conforto aqui é tanto no sentido de conveniência e uso eficiente da casa, como também no de ordem — ao enquadrar artefatos, atividades e pessoas em seus devidos lugares, em uma disposição que permitia o maior controle sobre o espaço e o regime de práticas de seus habitantes. É também no sentido associado à noção de privacidade, ao se acomodar o isolamento da família, garantindo espaços de descanso e intimidade entre seus membros; e à noção de distinção social, marcada sobretudo pela separação rígida dos espaços destinados aos serviços domésticos.

Reflexões finais

Embora o edifício de apartamentos fosse considerado, por si só, um fator de racionalização do trabalho doméstico, a compreensão sobre essa racionalidade foi além dos aspectos de facilitação ou supressão das tarefas, significando também o apagamento das “inconveniências” que esse encargo gerava na vida doméstica. Não se tratava da negação da existência do trabalho doméstico e de quem executava o trabalho, afinal o serviço tinha que ser feito e era somente por meio dele que se produzia o almejado conforto da vida doméstica. Mas era a baixa tolerância àquilo que era percebido como inoportuno ou até mesmo degradante — um entrave à domesticidade daqueles que, em sua maioria, estavam distantes de qualquer exercício do trabalho doméstico.

A setorização dos espaços de serviços correspondia à ideia de segregação e rejeição. Entre os princípios que regiam essa organização, destaca-se a clivagem dos espaços de trabalho e de morar, das esferas pública e privada, do universo masculino e feminino, dos grupos que serviam e dos que eram servidos, dos que eram racializados do que não eram. Nessas oposições, a casa era entendida apenas como o lugar do refúgio e do descanso, da vida familiar e afetiva. Não à toa que o protagonismo dos projetos publicados em Acrópole era dos ambientes onde se desenrola a vida social e íntima da família, como salas e dormitórios, espaços “naturalmente” mais prestigiados das moradias. Enquanto os espaços de serviços, menos valorizados, eram aqueles que lembravam a existência do trabalho realizado na esfera doméstica, da dependência da mão de obra subalterna, pobre e racializada, cujas presenças tensionavam os valores da domesticidade moderna.

Referências

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material: São Paulo, 1870–1920**. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 2008.

⁴ Camila Santos (2019) e Joana Mello (2023) percebem o mesmo para os projetos de casa unifamiliar publicados na revista Acrópole.

COWAN, Ruth Schwartz. **More work for mother:** the ironies of household technology from the open hearth to the microwave. New York: Free Association Books, 1989.

CROMLEY, Elizabeth Collins. **Alone together:** a history of New York's early apartments. Ithaca: Cornell University Press, 1999.

ELEB, Monique; DEBARRE-BLANCHARD, Anne. **L'invention de l'habitation moderne:** Paris, 1880–1914. Paris: Hazan; Archives d'architecture moderne, 1995.

FORTY, Adrian. **Objetos de desejo:** design e sociedade desde 1750. São Paulo: Cosac & Naify, 2007.

GUERRAND, Roger-Henri. Espaços privados. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada:** da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. pp. 302–386.

HEYDEN, Hilde. Modernity and domesticity: tensions and contradictions. In: HEYNEN, Hilde; BAYDAR, Gülsüm. **Negotiating domesticity:** spatial productions of gender in modern architecture. London: Routledge; Taylor & Francis Group, 2005.

HOLLOWS, Joanne. **Domestic cultures.** Maidenhead: Open University Press, 2008.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O palacete paulistano.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 23, pp. 11–36, 2003.

PÉREZ, Inés. Clase media, género y domesticidad: el hogar como espacio de negociación de las distancias sociales en la Argentina de mediados del siglo XX. In: VISACOVSKY, Sergio E.; GARGUIN, Enrique. **Argentina y sus clases medias:** panoramas de la investigación empírica en ciencias sociales. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2021.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Arquitetura residencial verticalizada em São Paulo nas décadas de 1930 e 1940. **Anais do Museu Paulista:** História e Cultura Material. São Paulo, v. 16, pp. 109–149, 2008.

ROSSETTO, Rosana. **Produção imobiliária e tipologias residenciais modernas:** São Paulo, 1945–1964. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

RYBCZYNSKI, Witold. **Casa:** pequena história de uma ideia. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, Carolina Martins. **O conflito doméstico no lar:** um olhar sobre as casas burguesas de São Paulo na década de 1950. Relatório Final de Iniciação Científica – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. São Paulo, 2019.

SILVA, João Marcos de Carvalho e. Habitar a metrópole: os apartamentos quitinetes de Adolf Franz Heep. **Anais do Museu Paulista:** História e Cultura Material. São Paulo, v. 21, pp. 141–157, 2013.

SILVA, João Marcos de Carvalho e. **Pensar a casa com Clarice Lispector:** domesticidade, interseccionalidade e cultura material (1940–1960). Tese (Livre-docência) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2023.

SOUZA, Flávia Fernandes de. **Criados, escravos e empregados:** o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850–1920). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017.



VAZ, Lilian Fessler. **Modernidade e moradia**: habitação coletiva no Rio de Janeiro, séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

WRIGHT, Gwendolyn. **Building the dream**: a social history of housing in America. Cambridge: MIT Press, 1981.

Fontes documentais

CONTADOR, M. Em luta apaixonada dois gigantes do urbanismo. **Correio Paulistano**. São Paulo, 21 jul. 1957.

DIÁRIO DA NOITE. Você é que escolhe... **Diário da Noite**. São Paulo, 13 jun. 1955.

O ESTADO DE S. PAULO. Apartamentos residenciais. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 17 abr. 1945.

